

Agroecologia: Além de uma Ciência, um Modo de Vida e uma Política Pública

Tatiana Aparecida Balem¹

Paulo Roberto Silveira²

Endereço: Secretaria de desenvolvimento rural, Rua Serafin

Valandro ,1520, 1º andar, centro, cep-97100-000.

E-mail- tbalem@bol.com.br

paulosilveirarural@via-rs.net

Resumo

Neste artigo, argumenta-se pela insuficiência das iniciativas de difusão da Agroecologia, meramente como uma ciência, um conjunto de princípios conceitual e metodologicamente demonstráveis pela pesquisa que inspiram a relação do homem com a natureza, redimensionando as práticas agrícolas. Parte-se do entendimento que a Agroecologia para sua constituição como instrumento de transformação social, exige o resgate da agri-cultura, o conhecimento local do agricultor sobre seu ecossistema, construído ao longo de gerações. Tal conhecimento foi sendo abandonado com a modernização as práticas agrícolas com base da difusão de tecnologias desenvolvidas em centros de pesquisa e que substituíram o saber do agricultor pelo conhecimento técnico-científico como base de orientação para as práticas agrícolas. Propõe-se que a Agroecologia seja compreendida como um modo de vida, uma redefinição na relação do agricultor com a terra e os demais componentes de seu agroecossistema, significando uma mudança cultural que caracteriza-se pela inversão do processo de dependência dos técnicos como únicos detentores do conhecimento válido. Agroecologia exige uma ação extensionista que valorize o conhecimento local e faça que o agricultor passe a compreender a dinâmica do agro-ecossistema como ponto de partida para sua ação. Problematiza-se a necessidade de políticas públicas que amparem este processo, fornecendo condições para que o agricultor rompa com o círculo de dependência dos insumos industriais reforçado pela ação dos agentes de desenvolvimento e as políticas governamentais. Problematiza-se, a partir da experiência do trabalho da Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria-RS, a ação extensionista em processo de transição agroecológica, considerando a transformação necessária na postura dos técnicos e agricultores.

¹ Mestranda do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM e Assessora técnica da Secretaria de Desenvolvimento Rural do Município de Santa Maria-RS(SMDR).

² Prof. do Curso de Pós-Graduação em Extensão Rural da UFSM, Secretário de Desenvolvimento Rural de Santa Maria.

Abstract

This article refers to the insufficiency of the initiatives of the Agroecology's spread, merely known as a science, an ensemble of conceptual principles and methodologically demonstrable by researches that inspire the relationship between man and nature, giving other directions to agricultural practices. In order for Agroecology to be formed as an instrument of social transformation, it is demanded the agriculture's ransom and the farmer's local knowledge about the ecosystem built over generations. This knowledge was abandoned because of the modernization of the agricultural practices based on the spread of the technologies developed in research centers that replaced the farmer's wisdom by the technical-scientific knowledge based on the orientation to the agricultural practices. It is proposed that Agroecology be understood as a way of life, a redefinition on the relationship between the farmer and the soil and the other components of its ecosystem, meaning a cultural change that is characterized by the inversion of the dependency process of the technicians as the only ones who have valid knowledge. Agroecology demands an extensionist act that values local knowledge and gets the farmer to understand the agro-ecosystem dynamics as a starting-point to its action. Public policies are necessary to sustain this process, giving conditions to the farmer to break the dependency circle of industrial inputs reinforced by the action of development agents and governmental policies. It follows that it can be created a problem from the Secretaria de Desenvolvimento Rural de Santa Maria's job experience in the extensionist action in agroecological transition process, considering the needed transformation in the technicians and farmers' attitude.

I-A agroecologia- em busca de um referencial

A discussão sobre Agroecologia está vinculada às discussões de modelo de desenvolvimento, onde pensa-se um desenvolvimento sustentável e para isso uma mudança radical de paradigma. A agroecologia ocupa papel preponderante na construção do desenvolvimento Sustentável, sendo, portanto, parte integrante deste ao constituir-se num referencial na relação do Homem com a Natureza. Deve evitar-se um debate que fragmente as práticas agrícolas da abordagem dos problemas macrossociais como a ciência normativa e segmentada prefere abordar.

Uma agricultura com bases ecológicas atuaria não só na produção mais limpa de alimentos, como muitas vezes é ressaltada, mas na preservação e recuperação dos recursos naturais, na mudança da relação homem-natureza, na transformação das relações sociais, na distribuição de renda, no reverso da

artificialização dos espaços e urbanização territorial. Neste sentido, a Agroecologia não pode esgotar-se numa ciência, considerada como um corpo de conceitos consensualmente aceitos pela comunidade acadêmica e demonstráveis empiricamente.

Neste artigo, busca-se argumentar que a Agroecologia exige uma inversão na ótica que orienta a agricultura de base agroquímica, a aplicação de tecnologias exógenas em relação aos ecossistemas agrícolas e, portanto, dependendo para sua efetivação de um conhecimento que o agricultor não domina. Resgatar a agricultura como uma cultura do Agro e retomar o agricultor como agente do processo de geração de conhecimento significa dar um sentido radical a Agroecologia como superação de um modelo de desenvolvimento.

Na concepção da agricultura da revolução verde, centrada na acumulação de capital e exploração irracional dos recursos naturais, obviamente tenta em todas as frentes contrapor este ideal de desenvolvimento, enfatizando a necessidade do crescimento econômico. Ou seja, na economia centra-se todos os referenciais como se esta fosse um grande sistema, e a natureza e as relações sociais, dependentes deste,

“É a visão pré-analítica da economia como uma caixa flutuando no espaço infinito que permite que se fale de *crescimento* (expansão quantitativa) sustentável em oposição a *desenvolvimento sustentável* (melhoria qualitativa). O primeiro termo é claramente um oxímoro para aqueles que vêem a economia como num subsistema de um ecossistema finito e não-crescente”. PROOPS *et alli* (1999:182)

Na tentativa de responder a pressão causada pelo modelo agroquímico, a mesma ideologia que implantou este, tenta criar as soluções, ou seja, uma resposta a crise. Esta resposta, de acordo com COSTABEBER (1999:74), é a Biotecnologia na qual novas expectativas são criadas sobre uma agricultura mais de acordo com as questões sociais e ambientais, onde a biorrevolução passa a ser um critério relevante para avaliar a viabilidade de alternativas para a agricultura. Muda-se o discurso e não a ideologia, por isso, a Agroecologia é considerada parte de um outro modelo de desenvolvimento, ou seja, o desenvolvimento sustentável, configurando-se numa mudança ideológica, onde

valoriza-se o social antes do capital, preconizando a equidade e o bem estar coletivo, assim como a preservação e reconstituição de recursos naturais.

De acordo com GLIESSMAN (2000:56), a Agroecologia é o estudo de processos econômicos e de agroecossistemas, como também, é um agente para as mudanças sociais e ecológicas complexas que necessitam ocorrer no futuro a fim de levar a agricultura para uma base verdadeiramente sustentável.

Neste sentido, a Agroecologia passa a ser a forma de produzir alimentos e de relacionar-se com o meio, sendo o agricultor agente ativo da transformação e não mais passivo.

“O que se requer, então, é uma nova abordagem da agricultura e do desenvolvimento agrícola, que construa sobre aspectos de conservação de recursos da agricultura tradicional local, enquanto, ao mesmo tempo, se exploram conhecimentos e métodos ecológicos modernos. Essa abordagem é configurada na ciência da Agroecologia que é definida como *a aplicação de conceitos e princípios ecológicos no desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis*.

A Agroecologia proporciona o conhecimento e a metodologia necessários para desenvolver uma agricultura que é ambientalmente consciente, altamente produtiva e economicamente viável. Ela abre a porta para o desenvolvimento de novos paradigmas da agricultura, em parte porque corta pela raiz a distinção entre a produção de conhecimento e sua aplicação. Valoriza o conhecimento local e empírico dos agricultores, a socialização desse conhecimento e sua aplicação ao objetivo comum da sustentabilidade.” GLIESSMAN (2000:54)

Considera-se que com a Agroecologia seja possível integrar as variáveis social, econômica, cultural, e ambiental, princípios para o desenvolvimento sustentável.

Socialmente, havendo uma distribuição equitativa de áreas e valorização do meio rural, trata-se também, de além de modificarmos a realidade dos atuais

agricultores, também reassentar populações expulsas do meio rural, já que o meio urbano não apresenta capacidade de emprego para os milhões de desempregados. A mudança do paradigma agrário, onde desmistifica-se a tecnificação e artificialização dos espaços agrícolas nos remete a produção em policultivo, mais intensa em mão-de-obra e conseqüentemente fornecendo mais postos de trabalhos. Sabe-se que é impossível praticar Agroecologia em grandes áreas de um só cultivo, portanto a grande propriedade tecnificada perde a sua função. Outro ganho é a apropriação do saber pelos agricultores, ou seja, os detentores das formas de se relacionar com a natureza passa dos técnicos para os agricultores, de forma que estes compreendam os processos que estão inseridos e criem novas situações, tornando-se agentes de transformação.

Ainda a respeito da variável social, a Agroecologia diminuirá progressivamente os resíduos de agroquímicos altamente prejudiciais a saúde humana, mas que ironicamente são omitidos da população. Ressalta-se os resíduos provenientes dos alimentos contaminados e de outras contaminações advindas da aplicação, como contaminação do meio e por contato direto com o produto. Isto refere-se antes de mais nada ao respeito e responsabilidade com os seres vivos, principalmente com o ser humano.

Economicamente, através de uma maior distribuição de renda e acesso ao meio de produção em questão, a natureza. Porém esta face econômica não se trata de explorar a natureza até a exaustão, mas sim produzir os alimentos necessários e que gerem a renda necessária para a reprodução familiar. O objetivo final é a qualidade de vida do agricultor e não a acumulação de capital, sendo que este se dá sem agressões ao meio, ou seja, o fazer agricultura se dá em interação com os ecossistemas e não em sua substituição.

Culturalmente, porque trata-se de fomentar o desenvolvimento da agricultura baseando-se na cultura local, é o homem responsável por seu tempo histórico, portanto, cabe a ele direcionar as ações que interferem no seu dia-a-dia. A cultura local serve como base para o desenvolvimento da Agroecologia, já que esta forma do agricultor se relacionar com o meio não trata da substituição, mas da construção.

Ambientalmente, por que com a Agroecologia, além da tão preconizada preservação dos recursos naturais, deverá haver a reconstituição dos agroecossistemas degradados. Estabelecendo uma relação com o meio que garanta os alimentos para as populações, ao mesmo tempo que preserva o mais parecido possível os sistemas agrícolas dos ecossistemas naturais.

II- A Agri-Cultura, a Modernização Agrícola e a Agroecologia – compreendendo a trajetória dos agricultores familiares

A palavra agricultura muitas vezes é pronunciada sem perceber-se a densidade contida em sua origem. A etimologia da palavra a define como Cultura do Agro, sendo necessário, então, refletir sobre o que significa tal expressão. O termo Cultura não é de fácil conceituação, nem de fácil apreensão em seu sentido histórico-social. Mas no caso em questão, podemos definir a *cultura do agro*, como um conhecimento histórica e socialmente instituído na prática social do homem que trabalha a terra sobre um determinado espaço agrário. Espaço agrário que se apresenta a este homem como um ecossistema, fisicamente constituído por seus componentes geo-morfológicos, transformado num agro-ecossistema pelas formas de exploração a que foi submetido no passado³.

No trabalho com a terra, o agricultor modela o ecossistema de acordo com suas necessidades e este ecossistema transformado por sua ação condiciona as possibilidades futuras. No dizer de Pierre Bourdieu, a prática social do agricultor é uma relação dialética entre a situação concreta e o Habitus, este entendido como um conjunto de pré-disposições historicamente estruturadas a partir da trajetória particular de cada agente⁴. A este aprendizado do agricultor em sua ação contínua sobre um determinado espaço agrário, que podemos denominar de Cultura do agricultor. Mas, como advertia Milton Santos, o espaço não é somente físico, é socialmente constituído. Deste modo, o agricultor não decide e age apenas em função das variáveis ecossistêmicas.

Pode-se afirmar que o espaço agrário é um espaço de aprendizagem, onde convivem membros de um grupo social, que implantam nesse espaço determinada

³ Para uma abordagem sobre formas de exploração do espaço agrário ver Silveira & Marin(2000).

forma de exploração. Esta forma de exploração constitui-se a partir da ocupação do espaço por um grupo social movido por suas necessidades econômicas e seus valores culturais dentro das possibilidades tecnológicas, políticas e ecossistêmicas. Uma forma de exploração do espaço agrário instituída por um grupo social não ocorre a revelia de um conjunto de fatores externos a este espaço, relativos aos conflitos com outros grupos sociais e o contexto político-institucional.

Ao compreendermos que existem formas de exploração do espaço agrário, manifestações de construção coletiva, evitamos de assumir um caráter individual na formação da cultura do agricultor. A ação do agricultor, nesta abordagem, é resultado de uma dinâmica de condicionantes que extrapola sua experiência individual e suas expectativas. A organização do sistema de produção familiar é produto da *racionalidade particular* do agricultor(seu habitus), mas condicionada pelas pressões ambientais e as restrições técnicas, econômicas, sociais e ecossistêmicas de sua unidade de produção (Silveira, 1994).

Talvez no cerne da cultura do agricultor ou o que pode ser identificado como tal, esteja esta racionalidade particular do agricultor. Neste trabalho, nos interessa ressaltar que o conhecimento gerado na atividade agrícola, a leitura particular que o agricultor faz de seu agro-ecossistema e das decisões e ações que tem efetivado em sua experiência, é um elemento constituinte da cultura do agricultor. Tal conhecimento é enriquecido pelos ensinamentos das gerações passadas e pela relação do agricultor com os agentes de desenvolvimento, em particular os técnicos da extensão rural.

Este conhecimento próprio que caracteriza o agricultor era o fator determinante das práticas agrícolas no passado, quando as tecnologias eram geradas nas próprias comunidades de acordo com suas necessidades. O conhecimento sobre as características de seu solo, microclima, técnicas de manejo do solo, de plantio e de tratos culturais embasava a ação do agricultor. A capacidade de resposta do ecossistema era fator preponderante no fazer agricultura.

⁴ Tal conceitualização pode ser compreendida em Ortiz(1983).

A grande mudança ocorre com a chamada modernização da agricultura, onde a introdução de insumos industriais permite alterar a capacidade de resposta do ecossistema, seja em produtividade ou em impactos que geram, alterando a dinâmica dos agroecossistemas. As tecnologias produzidas em centros distantes de pesquisa e acompanhadas por um conjunto de políticas de crédito subsidiado e extensão rural, alteram radicalmente as pressões e restrições que condicionam o agricultor em suas práticas. Assim, o conhecimento do agricultor não é mais preponderante, já que as inovações exigem um conhecimento técnico-científico, alheio as experiências vivenciadas.

Não trata-se de questionar a validade desta “revolução” agrícola, mas de compreender seu impacto sobre o sentido do fazer agricultura. Expropria-se do agricultor a condição de decidir e agir com base em sua cultura, sua compreensão do agroecossistema e seu conhecimento adquirido das gerações passadas. Tal impacto ainda é mais violento pela característica dos chamados insumos modernos, químicos, mecânicos e biológicos: sua geração independente das condições particulares dos agro- ecossistemas. Numa pretensão universalizante, buscou-se adequar os ecossistemas às inovações tecnológicas e, o mais grave, adequar os agricultores a práticas estranhas ao seu contexto. A cultura do agro deixa de ser fundamental para o fazer do agricultor, bastam os padrões técnicos recomendados pelos diferentes agentes presentes no rural, desde a extensão rural pública até os técnicos de empresas produtoras de insumos, todos imbuídos em transformar as práticas agrícolas.

O resultado deste processo é amplamente conhecido em seus componentes econômicos (a expropriação da renda do agricultor), social e política (exclusão das decisões e da própria atividade) e a dependência cultural, magistralmente analisada por Paulo Freire⁵. No entanto, o mais impressionante é a desvalorização do agricultor como possuidor de um saber específico que o diferencia e o capacita para fazer agricultura. No clímax do processo, técnicos vinculados às empresas integradoras oferecem ao agricultor um detalhado plano de operação, retirando a possibilidade de exercício da mais antiga e elementar

característica do fazer agricultura, a observação permanente do desenvolvimento das culturas agrícolas e as flutuações ambientais que as condicionam.

Desta forma, impede-se que o agricultor em sua prática cotidiana possa analisar as transformações dos agro- ecossistemas e agir para prevenir impactos ambientais e reconstituir a capacidade de resposta em caso de degradação do solo. O desafio de uma agricultura sustentável exigirá uma retomada da cultura do agro como elemento fundamental para orientar as práticas agrícolas. Como a agricultura sustentável deve ser construída a partir das características de cada agro-ecossistema, o conhecimento sobre sua dinâmica deve ser buscado com os agricultores.

III-Agroecologia e as políticas públicas

No Brasil as iniciativas de contraposição ao modelo de desenvolvimento agrícola, agroexportador e excludente, têm se intensificado nas últimas décadas. Muitas ONG's tem surgido e trabalhado numa perspectiva mais humanista e igualitária, considerando a Agroecologia uma das variáveis mais importantes para a viabilização da Agricultura Familiar, no sentido de propiciar uma melhor distribuição de renda e a garantia da sustentabilidade ambiental. Trabalha-se a Agroecologia, como uma ciência que tem interface com outras áreas, desta forma, praticar Agroecologia não é simplesmente mudar a forma de produzir alimentos, mas sim a forma de viver e interrelacionar-se com o meio. Trata-se da transformação do modelo de Desenvolvimento Rural, buscando modificar as variáveis sociais, econômicas e culturais, tratando o homem, e não o capital, como centro, sendo o desenvolvimento responsabilidade de todos os agentes.

Encarando o desenvolvimento realizado pelo homem e para o homem, a integração da construção teórica da Agroecologia com a realidade dos agricultores deve ser de forma construtiva e educativa, sendo a Agroecologia produto da apropriação e construção social. Mas para haver uma verdadeira transformação eco-social⁶ é necessário forças maiores somarem com as iniciativas não-

⁵ Entre tantas obras, deve ressaltar-se a análise que realiza em “extensão ou Comunicação”, ed. Paz e terra, 1973.

⁶ Termo criado para expressar a perspectiva ecológica como produto de agentes sociais (agricultores).

governamentais, ou seja, trata-se de comprometer as políticas públicas. Salienta-se que não se propõem algo novo, mas sim a potencialização da maior responsabilidade dos governos, o bem estar e equidade social.

A discussão da importância das políticas públicas diferenciadas para o meio rural está cada vez mais presente, tornando-se evidente que sem uma ação mais concreta e generalizada por parte dos governos, o processo de desenvolvimento, propriamente dito⁷, tardaria a acontecer. PROOPS *et alli* (1999: ???) defendem que somente o Estado, enquanto instituição, pode oferecer potencialmente a escala temporal necessária à sustentabilidade e atuar como agente de equilíbrio frente aos grupos poderosos de interesse.

Outra evidência é que esta preocupação faz parte de um projeto de sociedade antagônico ao do poder hegemônico, restringindo-se aos governos populares. Isto nos remete a outra discussão muito difundida pela Extensão Rural tradicional, de que o “Desenvolvimento Agrícola” não é uma questão política e sim técnica. Se a questão é somente técnica, porque em um mundo tão tecnificado temos tanta fome e pobreza?!! Daí a necessidade de tratar da Agroecologia de forma mais ampla, onde a técnica não é um fim, mas um meio para melhorar o trabalho. Ainda assim, considera-se como técnica uma ação construída socialmente a partir de demandas reais de determinada realidade, a fim de minimizar o esforço humano.

JARA (1999:46) ressalta a importância das prefeituras e suas estruturas estarem preparadas para orientar o desenvolvimento sustentável, sendo que o equipamento teórico, o instrumental técnico e os recursos metodológicos das instituições públicas foram desenhados para apoiar um outro modelo de desenvolvimento.

Com estes princípios, a Administração Popular do município de Santa Maria, através da Secretaria de Município de Desenvolvimento Rural (SMDR), transformou o que seria apenas uma ação de extensão rural, em uma política pública prioritária, inter-relacionando todos os outros programas ao Programa de Agroecologia. Toda a ação voltada ao meio rural busca o desenvolvimento da

Agroecologia, respeitando-se o tempo da tomada de consciência dos agricultores. As políticas de desenvolvimento rural desta secretaria, não visam ações isoladas, mas programas integrados que desenvolvam o meio rural como um todo, sendo assim, o Programa de Agroecologia dialoga com os cinco eixos de atuação da SMDR: organização, formação, assistência técnica, crédito e comercialização.

Compreende-se a Agroecologia, parte preponderante de um novo modelo de desenvolvimento, para isto iniciativas isoladas e chamadas de agroecológicas não encaixariam-se como princípio de uma política pública, por isso uma das primeiras ações refere-se a organização dos agricultores. A massificação da política será potencializada pelos grupos de agricultores ecologistas. Muitos destes grupos são resultado do Planejamento Estratégico Participativo, realizado pela secretaria nas comunidades rurais, outros são resultado do fomento realizado pela equipe de extensionistas, que tem como princípio de trabalho a Agroecologia. A equipe de extensionistas não realiza nenhum trabalho de orientação nos moldes tradicionais, num entendimento de que o período de transição agroecológica refere-se ao tempo necessário para os Agroecossistemas se reorientarem e não parte da tomada de consciência do agricultor.

Após a tomada de consciência há uma progressiva troca de valores e formas de se relacionar com o meio, mas isso é produto da construção histórica do agricultor a partir da formação e da sua inserção ativa no sistema de decisões e ações.

“A transição agroecológica, desde a perspectiva aqui adotada, pode ser definida como o processo gradual de câmbio através do tempo nas formas de manejo e gestão dos agroecossistemas, tendo como meta a passagem de um sistema de produção ‘convencional’ (que pode ser mais ou menos intensivo em insumos externos) a outro sistema de produção que incorpore princípios, métodos e tecnologias com base ecológica”. (COSTABEBER, 1999:107)

⁷ Entende-se por desenvolvimento aquele que é realizado pelo homem e para o homem, ou seja, produto do conhecimento apropriado popularmente e que visa ações para o bem comum.

A conscientização é, antes de mais nada, o momento em que o agricultor percebe o seu entorno e sente a necessidade de mudar. A Agroecologia é a resposta a necessidade de mudança.

“Num primeiro momento, a realidade não se dá aos homens como objeto cognoscível por sua consciência crítica. Noutros termos, na aproximação espontânea que o homem faz do mundo, a posição normal fundamental não é uma posição crítica mas uma posição ingênua. A este nível espontâneo, o homem ao aproximar-se da realidade faz simplesmente a experiência da realidade na qual ele está a procura.

Esta tomada de consciência não é ainda a conscientização, porque esta consiste no desenvolvimento crítico da tomada de consciência. A conscientização implica, pois, que ultrapassemos a esfera espontânea de apreensão da realidade, para chegarmos a uma esfera crítica na qual o homem assume uma posição epistemológica.” (FREIRE, 1980)

Porém este entendimento pode levar a equívocos graves da equipe de trabalho se esta não estiver amparada metodologicamente, podendo ocorrer apenas uma troca de técnicas e receitas em vez, de uma transformação de entendimento da agricultura, por isso o diálogo com o segundo eixo da SMDR, a formação. A formação em Agroecologia é proporcionada, principalmente para os agricultores, mas também para a equipe de extensionistas.

A formação estritamente técnica dos profissionais, levam a uma dificuldade de implementar este projeto, um tanto inovador no que tange a política pública, portanto, a reciclagem e nivelamento da equipe se faz necessário. A formação proporcionada aos agricultores se dá em grupos através de reuniões, discussões técnicas, práticas coletivas, cursos, seminários, visitas a experiências, sendo usada a metodologia participativa como base de ação. Assim, o resultado da

formação configura-se em uma construção conjunta entre agricultores e na relação entre agricultores e extensionistas.

O acompanhamento das práticas agroecológicas dos agricultores se dá através da assistência técnica, sendo individual ou em grupo dependendo do trabalho. O eixo assistência técnica está mais relacionado com a elaboração coletiva de insumos, aplicação destes, que normalmente se dá individualmente, e monitoramento dos resultados. Muitas práticas dos agricultores são reorientadas, re-elaboradas e construídas através da interação da Assistência técnica com a Formação.

O crédito direcionado a Agroecologia é uma das áreas mais deficitárias do programa, devido a falta de ingerência do poder público municipal neste setor,. A ação está mais restrita a desobstrução dos caminhos para acessar créditos do governo estadual, e potencialização do Fundo Rotativo Municipal. O crédito é importante instrumento para o agricultor adotar as bases agroecológicas, porém comparativamente ao crédito tradicional, o montante é menor já que os insumos agroecológicos externos devem ser o mínimo possível, sendo que prioriza-se a elaboração destes na propriedade, e no caso de investimento, fomenta-se a aquisição pelo grupo.

A comercialização vem complementar toda a cadeia produtiva e garantir renda ao agricultor. Por isso prioriza-se a comercialização direta ao consumidor, que além de proporcionar maior renda ao agricultor, configura-se em importante espaço de formação, devido ao diálogo entre consumidor e agricultor. O contato consumidor-agricultor ajuda na valorização do trabalho do agricultor e na conscientização da população urbana da importância da Agroecologia, tanto do ponto de vista da saúde, como do meio ambiente e do comprometimento com as gerações futuras.

IV- POSTURA DO EXTENSIONISTA X POSTURA DO AGRICULTOR

Como desenvolver a Agroecologia significa construir um outro modelo de desenvolvimento, a construção deste passa obviamente pelos agricultores e pelos

fomentadores do desenvolvimento, para isto, faz-se necessário uma nova postura do agricultor e dos extensionistas.

O poder público através dos extensionistas, deve iniciar o processo através da sensibilização e problematização da realidade dos agricultores. A tomada de consciência dos agentes, antes considerados passivos e manobráveis, deve se estabelecer de forma dialética, onde ambas as partes são responsáveis pelo desenvolvimento da realidade. Nesta etapa a diferença primordial entre extensionista e agricultor é apenas a tomada de consciência. O extensionista para fomentar uma agricultura que se configura no oposto da revolução e intensificação verde, obviamente já passou pelo estágio de tomada de consciência, já sente a necessidade de mudança e responsabiliza-se pela história de outros agentes.

A diferença entre os extensionistas e agricultores não mais é de *status* e de importância, não mais é de sede do saber para “fonte vazia de saber”, não mais de pensadores e executores, seres onipotentes respaldados pela ciência e seres ignorantes aculturados. A partir da tomada de consciência, ambos os atores, extensionistas e agricultores, ocupam mesmo grau de importância e responsabilidade com a transformação social, apenas com diferentes conhecimentos, que agregados possibilitaram a construção dialética de uma nova forma de realizar a agricultura. A construção se dá a partir de diferentes partes e não de partes maiores e superiores.

Quando refere-se a nova forma de fazer agricultura tenta-se trabalhar no oposto da agricultura extrativista tradicional, o agricultor que antes era um executor da agricultura passa a ser parte desta. O objetivo da agricultura não mais é produzir alimentos para as grandes populações urbanas a um baixo custo, mas através de um modo de vida e da interação com o meio, produzir alimentos, sendo que as populações urbanas também devem ter responsabilidade pela alimentação. Nesta discussão, insere-se a problemática da desvalorização dos espaços rurais, que pode ser revertida pela constatação da realidade urbano-industrial, através dos índices de pobreza, desemprego, doenças, analfabetismo...

A artificialização dos espaços e até das relações sociais, acabou desvinculando as construções sociais e culturais relacionadas com a produção de

alimentos. O alimento não tem somente o objetivo de saciar a fome de quem o compra, mas também de garantir vida digna para quem o produz.

O agricultor com a construção de conhecimento, a partir de metodologias participativas e educativas, com aporte informacional e pedagógico a respeito da Agroecologia, com a formação em grupos, estará construindo uma nova maneira de se relacionar com o meio ambiente. Sentir-se-á parte dele e a partir de então trabalhará no sentido de mudar e equilibrar, o seu sistema de “sobre-vivência” sem abandonar as atividades produtivas. Essa nova postura do agricultor levará com que ele adquira progressivamente um compreensão dos processos naturais, não precisando mais de receitas para orientar as suas práticas. Cabendo ao técnico apenas contribuir com esse processo educativo que é o dia a dia do agricultor e não mais decidir o que deve ser feito. A decisão sempre deve ser tomada pelo agricultor, pois a ação será executada por ele.

Não pretende-se eximir o técnico de qualquer responsabilidade com a realidade do agricultor, mas que ele oriente a sua ação de forma a emancipar o agricultor enquanto sujeito e não torná-lo dependente dos “saberes técnicos”. A distância entre o saber técnico e o saber popular ou empírico foi a ciência normativa que implantou, uma distância imensurável, mas que dependendo da ótica de análise pode ser imensa ou inexistente, já que é imensurável. Qual a diferença do saber do agricultor que aprendeu a fazer salames com o seu pai, a partir de um conhecimento passado de geração em geração, para o conhecimento de um técnico, adquirido em um curso de embutidos? Nenhuma. Os dois conhecimentos levam ao mesmo produto, sendo que quem experimentou e descobriu o salame foi o agricultor, a ciência apenas tratou de estudar os métodos de trabalho empíricos transformando-os em científicos. Ao mesmo tempo, que esta diferença pode ser enorme a ponto de não valorizar a prática do agricultor, já que este não conhece os agentes patogênicos que podem contaminar o produto e não tem orientação do técnico, que é o detentor do saber! Lamentável, que este saber não chega aos agricultores se não há metodologias diferenciadas.

Como a Agroecologia não é apenas uma atividade econômica, mas uma forma cultural de produzir alimentos e produzir formas de viver, através do

uso de recursos naturais, dos saberes empíricos e das formas de relação entre o homem e a natureza, o conhecimento de quem faz a agricultura passa a ser uma variável altamente condicionante. Quando falamos em conhecimento, falamos em conhecimento do agricultor e daquele que este se apropria para transformar a sua realidade.

Neste sentido, integrar os saberes do agricultor com o conhecimento científico do extensionista pode ser a superação da lacuna que a extensão rural tradicional gerou, ou seja, o distanciamento da intervenção do técnico da realidade do agricultor. Pode também, se configurar em importante instrumento para o desenvolvimento da Agroecologia, afirmando as bases desta na apropriação popular dos saberes, garantindo assim a perpetuação do conhecimento, assim como a sua evolução(CAPORAL,1999).

Com isto, torna-se claro que a postura e a forma de trabalhar do técnico leva a diferentes construções sociais. A Agroecologia dialoga com o técnico que não é meramente técnico, pois não é apenas mero repassador de técnicas, que na maioria das vezes não foi ele quem desenvolveu (já contradizendo a postura dicotômica e tradicional, tão difundida na academia, do técnico “fonte do saber” – agricultor “receptor do saber”), mas sim uma agente de desenvolvimento e transformação social, responsável pelo desencadeamento de um processo educativo, onde o fazer agricultura passa a ser para os agricultores um modo de vida.

V-As percepções da prática extensionista: Potencialidades e Limites

A partir do trabalho com os grupos de agricultores ecologistas formados pela equipe da SMDR, pode-se expor algumas percepções em relação ao desafio que impõe a Agroecologia. A ação nos condiciona a reflexão e a reflexão a uma nova prática, este é o processo dialético e de construção do conhecimento tão defendido por Paulo Freire e que serve como referencial teórico a este trabalho. Pode-se dizer que a construção teórica que se dá através da prática é muito mais rica e palpável, já que a bagagem teórica inicial do extensionista pode ser confirmada, aprimorada e/ou negada pela ação com os agricultores.

Neste sentido, cabe discutir as principais dificuldades e potencialidades encontradas na execução desta política pública e ao mesmo tempo ação extensionista. Os grupos de agricultores na sua maioria foram resultado do Planejamento Estratégico Participativo e isto demonstra a necessidade sentida destes em modificar as suas práticas e que os sistemas tradicionais de cultivos estão esgotados. Porém, apesar dos agricultores sentirem a necessidade de mudança e mostrarem-se interessados na Agroecologia, são bastante descrentes nos resultados. Isto nos leva a perceber que os chavões " Agroecologia produz muito pouco" ; "é impossível produzir sem veneno"; "sem adubo químico não dá mais nada", fazem parte da realidade do agricultor e demonstra que o interesse em Agroecologia, a princípio, se dá muito mais pelo limite iminente da agricultura tradicional e o empobrecimento dos agricultores, do que por uma tomada de consciência. Cabe ao extensionista desencadear o processo de conscientização dos agricultores.

O fazer extensão na concepção agroecológica torna-se muito mais difícil do que o tradicionalmente usado, pelo fato de além de se modificar a forma de relacionar-se com os agricultores, necessita-se modificar a forma de fazer agricultura. Assim, em alguns momentos, frente as inúmeras dúvidas dos agricultores, o processo meramente substitutivo de técnicas tradicionais por técnicas mais ecológicas torna-se iminente e em muitas situações, a pressão dos agricultores e falta de instrumental metodológico do extensionista, leva a alguns desvios. Porém a preocupação dos extensionistas em evitar este tipo de intervenção e a reflexão constante do trabalho, permite perceber estes equívocos e re-alinhar o trabalho.

O agricultor parece estar condicionado a obter respostas prontas, sendo que o processo de quebra deste paradigma, onde o agricultor pergunta e o técnico responde, apresenta-se como um dos mais difíceis. Porém, uma das partes mais primordiais do aprendizado, onde percebe-se que a construção e o despertar do agricultor para, em vez dele buscar receitas, construir suas próprias ações e a partir destas encontrar as respostas, parece estar diretamente relacionado ao resgate da auto-estima e obviamente, a valorização do saber de agricultor. Nesta

fase, os agricultores sentem-se importantes e partes do processo e começam a agir com mais segurança e iniciativa, sendo fundamental que o extensionista tenha sensibilidade suficiente para não passar "receitas agroecológicas", apenas.

A falta de referencial real, ou seja, de iniciativas que possam servir de exemplo, dificulta a credibilidade do agricultor na Agroecologia, já que em Santa Maria, até 2001, as iniciativas neste sentido eram praticamente inexistentes. Assim, estes primeiros grupos se configuram no referencial do município de Santa Maria, ocupando um importante papel na conscientização de outros agricultores. Isto também remete a importância da visita a experiências no processo de aprendizagem.

A carência de infra-estrutura e recursos humanos da SMDR, também dificulta o trabalho, já que a possibilidade de grupos de agricultores ecologistas é bem maior do que a trabalhada hoje, o que de certa forma retardará um processo que poderia ser muito mais intenso. Isto se deve ao desaparecimento do poder público para intervenções neste sentido, onde a ação política não resume-se em vanguardar programas, mas em desenvolvê-los diretamente com a população.

Dentre as potencialidades, a mais importante, é a necessidade sentida de mudança. Os agricultores familiares, frente ao "desenvolvimento" da agricultura, encontram-se em situação de marginalidade, estando abertos a novos caminhos. Isso, aliado as percepções do mal que os agroquímicos tem causado a natureza e, principalmente, a saúde dos próprios agricultores pode se configurar no germen para o desenvolvimento da Agroecologia, se bem problematizado.

Ao contrário do que a extensão rural tradicional prega, os agricultores são pessoas abertas a inovações, desde que estas estejam ao alcance de sua compreensão. Para que isso ocorra, as inovações devem ser construídas dentro da própria realidade e com todos os agentes, por isso a necessidade do trabalho participativo para a implantação da Agroecologia.

As percepções dos agricultores a respeito de sua realidade são muito ricas e, se sistematizadas, formam a base do trabalho de extensão rural. Observações⁸ como: "os adubos mataram a nossa terra"; "quando nós plantávamos sem veneno

dava mais e não tinha tantas pragas e doenças"; "os venenos estão acabando com a natureza"; "a nossa saúde já não é mais a mesma dos nossos pais"; "eu tenho que pagar alguém para passar veneno, pois já não posso mais"; "sem adubo já não dá mais nada"; demonstram a leitura dos agricultores a respeito das conseqüências do modelo agrícola, mas falta-lhes informações para entenderem as causas destes processo. Ou seja, o agricultor observa e abstrai a respeito da realidade palpável e o seu conhecimento vai até o alcance da sua visão, e se falta informação ele não consegue ultrapassar o limite da simples constatação dos fatos.

O processo substitucionista usado pela extensão tradicional boicotou os agricultores de compreenderem qual o modelo agrícola que estão inseridos, dificultando, conseqüentemente, a percepção de quais fundamentos do novo que se apresenta.

O estímulo da capacidade criadora e recriadora dos agricultores, do estudo das reações e respostas dos sistemas e o incentivo a construção das práticas pelos próprios agricultores, passa a ser uma das tarefas do extensionista, bem diferente do ensinar e difundir anterior.

O trabalho participativo, para o desenvolvimento da Agroecologia garantirá que a construção e as mudanças da realidade, sejam de apropriação popular, por isso a compreensão de que praticar Agroecologia não é apenas mudar as formas de produzir alimentos, mas a forma de viver torna-se primordial, configurando-se no que refere-se no trabalho como "modo de vida". Esta poderia se configurar na busca dos agricultores em viver e sobreviver da agricultura, valorizá-la como modo de vida e garantir às gerações futuras sistemas naturais equilibrados. O desencadeamento deste processo constitui-se na apropriação pelos agricultores e extensionistas do "poder público" enquanto gerador de políticas que fortaleçam a proposta de resgate da Agricultura, ponto de partida e de chegada da Agroecologia.

VI-Referências bibliográficas

⁸ As observações foram reproduzidas com as mesmas palavras usadas pelos agricultores nos encontros de formação.

- CAPORAL, F. R.; Em direção à extensão rural do futuro: Caminhos possíveis no Rio Grande do Sul. In: BRACAGIOLI NETO (Org.) Sustentabilidade e Cidadania: O papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p.119-171
- COSTABEBER, J. A.; Transição agroecológica: do produtivismo à ecologização. In: BRACAGIOLI NETO (Org.) Sustentabilidade e Cidadania: O papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p.67-117
- FREIRE, P.; **Conscientização: teoria e prática da libertação**. Uma introdução ao pensamento de Paulo Freire. São Paulo: Cortez & Moraes, 1980.
- GLIESSMAN, S. R.; Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2000. 653p.
- JARA, C. J.; Sustentabilidade: Uma encruzilhada civilizatória. In: BRACAGIOLI NETO (Org.) Sustentabilidade e Cidadania: O papel da extensão rural. Porto Alegre: EMATER/RS, 1999. p.07-66
- ORTIZ, R.(ORG.); Pierre Bourdieu. São Paulo, Ática, Col. Grandes Cientistas Sociais, N.39,1993.
- PROOPS, J.; FABER, M.; MANSTETTEN, R. & JÖST,F.; Realizando um mundo sustentável e o papel do sistema político na consecução de uma economia Sustentável. In: CLOVIS CAVALCANTI (Org.). 2. Ed. São Paulo: Cortez: Recife: fundação Joaquim Nabuco, 1999. p.104-111.
- SILVEIRA, P.R.C. da; Reflexões sobre o Modo de Gestão em Unidades de Produção Agrícolas Familiares – Um Estudo Exploratório, Santa Maria-RS, Dissertação de Mestrado, 1994.